

O desenvolvimento sustentável e as organizações da sociedade civil

João Carlos S. Torrens

A noção e o debate sobre o significado do conceito de "sustentabilidade" emergem de maneira expressiva na década de 90, tomando-se como pressuposto o crescente descontentamento com os impactos e riscos cada vez mais alarmantes do modelo hegemônico da atualidade, gerador de sua própria insustentabilidade e que, em última instância, coloca em jogo a própria sobrevivência humana no planeta.

Diante desse contexto, contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável tornou-se um objetivo presente em grande parte dos movimentos e organizações sociais que atuam na perspectiva de uma sociedade democrática, solidária e justa. Em geral, avaliam que o projeto de desenvolvimento atualmente em curso não atende aos critérios básicos de sustentabilidade, provocando o aprofundamento das crises sociais, da violência, da concentração das riquezas e das desigualdades, da miséria, da degradação ambiental, da destruição do patrimônio cultural etc. Partindo dessa avaliação, essas organizações da sociedade civil, mesmo reconhecendo os limites espaciais e setoriais de seus campos de atuação, têm buscado avançar na implementação de um conjunto diversificado de experiências e iniciativas territoriais voltadas para a promoção de novas referências para o processo de desenvolvimento. Atuando em distintas dimensões do desenvolvimento (no plano econômico, social, político, ambiental e cultural e na interrelação entre essas dinâmicas, e não apenas de forma setorializada), tais

iniciativas indicam caminhos para a formulação de diretrizes políticas que levem à construção de um desenvolvimento fundado nos princípios da sustentabilidade, solidariedade e democracia.

No início da década, foi realizado na região Sul do Brasil um processo participativo que envolveu diversas organizações sociais do campo democrático-popular (movimentos sociais e ONGs), articulando pesquisa e debates entre essas entidades. A pesquisa teve como foco central entender quais os elementos que compõem essa nova modalidade de projeto que vem se forjando a partir da práxis coletiva produzida como resultado das experiências edificadas por essa pluralidade de organizações e redes de entidades.

Esse estudo¹ apresenta diversas considerações importantes, dentre as quais destacam-se: a valorização da dimensão endógena do desenvolvimento, ou seja, as iniciativas populares estabelecem uma forma de desenvolvimento de dentro para fora e de baixo para cima; a gestão democrática, participativa e solidária dos empreendimentos econômicos; a multiplicação das formas de organização dos diferentes interesses sociais, com ênfase na autonomia político-organizativa dos sujeitos sociais e na participação cidadã no processo de gestão das políticas públicas; a superação da lógica de exclusão social, econômica, polí-

¹ Arns, C. E. et al. Organizações populares e desenvolvimento no Sul do Brasil. Curitiba, Ed. Gráfica Popular, 2004. 88 p.

tica e cultural, contribuindo para a superação das profundas desigualdades sociais; a orientação estratégica do trabalho definida principalmente com base na dimensão social, mas articulada às dimensões econômica, política, cultural e ambiental; a descentralização das dinâmicas de crescimento econômico, incorporando territórios atualmente marginalizados e contribuindo para a adequação do desenvolvimento à diversidade regional; a desconcentração das riquezas, da renda e da terra; a organização, consolidação e articulação de redes sociais como mecanismo de superação dos limites territoriais e setoriais de sua atuação difusa; a valorização da multiculturalidade e o respeito às particularidades de gênero, raça, etnia e geração como elementos fundamentais na construção de novas relações sociais; o reconhecimento dos direitos humanos como um referencial ético-político do desenvolvimento; a ênfase na compatibilização das estratégias de desenvolvimento econômico com a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, bem como do patrimônio cultural acumulado pelas populações tradicionais.

Contudo, ainda que se reconheçam os significativos avanços que estão sendo conquistados com base nessas experiências coletivas,

os resultados da pesquisa advertem também para os limites objetivos desse processo, particularmente no que diz respeito à capacidade transformadora dessas ações propositivas e à amplitude de seu alcance e generalização para se instituir uma nova ordem.

Assim, a implementação de diretrizes que construam um desenvolvimento sustentável passa necessariamente pela ampliação de análises dessa natureza. O Brasil comporta uma diversidade de ambientes físicos, ecossistemas, formas de organização urbana e rural, modelos agrários e urbano-industriais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, classes sociais e grupos de interesse, etnias, culturas, relações sociais e representações simbólicas, conferindo-lhe contextos plúrais e heterogêneos. Portanto, tendo em vista a complexidade e diversidade da teia de relações que conformam o tecido nacional, pode-se afirmar que o sentido das transformações no atual padrão de desenvolvimento dependerá dos resultados da correlação de forças políticas em jogo no conjunto da sociedade brasileira e dos compromissos assumidos entre os sujeitos sociais hegemoneizadores dessas lutas. Às organizações da sociedade civil cabe o papel central de disputar a hegemonia desse processo de construção.